




O cotidiano do policial penal: aprender a trabalhar e conviver na prisão

Daily life criminal police: learning to work and to coexist in prison

Leticia Chaves Monteiro  

leticiachavesmonteiro@gmail.com

*Escola Comunitária Brilho do Cristal no Vale do Capão,
Chapada Diamantina, Bahia – Brasil*

 10.52521/21.10602

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 30/04/2023

Aprovação do trabalho: 23/09/2023

Publicação do trabalho: 15/12/2023

Resumo

Este artigo busca analisar aspectos da construção da atuação como policial penal, a partir de profissionais em diferentes momentos da trajetória: desde os que estavam no curso de formação anterior ao início efetivo como policial penal, até aqueles com mais de 20 anos na função. Os dados foram coletados entre os anos de 2014 e 2018 em Salvador-BA, por meio de entrevistas semiestruturadas, mediante termos de consentimento, e análise inspirada na Teoria Fundamentada, com considerações a partir do conceito de *performance emocional* proposto por Crawley (2004) e da sociologia das prisões. Os resultados apontam a *convivência e a interação* com os privados de liberdade como uma das principais atribuições desses profissionais, que possibilita o desenvolvimento um saber que é próprio desta categoria profissional: a habilidade de conviver e mediar situações de tensão e privação cotidianas na prisão e de reconhecer sinais de alterações no pátio. Ao mesmo tempo, destacam que as características dessas interações têm a ver com a experiência e o significado atribuído à ocupação, aos sentimentos de vulnerabilidade e poder que se apresentam na relação com as pessoas em privação de liberdade e com as estratégias desenvolvidas por cada um, a partir da sua subjetividade, para lidar com o contexto prisional.

Palavras-chave

Policial Penal. Performance Emocional. Vulnerabilidade. Poder.

Abstract

This article seeks to analyze aspects of the construction of work as a prison officer, from professionals at different moments in their careers: from those in the training course prior to effectively starting as a criminal prison officer, to those with more than 20 years in the function. Data were collected between 2014 and 2018 in Salvador-BA, through semi-structured interviews, with terms of consent, and analyzed based on Grounded Theory, with considerations based on the concept of emotional performance proposed by Crawley (2004) and of the sociology of prisons. The results point to coexistence and interaction with those deprived of liberty as one of the main attributions of these professionals, which enables the development of knowledge that is typical of this professional category: the ability to live with and mediate situations of tension and daily deprivation in prison and recognize signs of changes in the yard. At the same time, it emphasizes that the characteristics of this interaction have to do with the experience and the meaning attributed to the occupation, the feelings of vulnerability and power that appear in the relationship with people in deprivation of liberty and with the strategies developed by each one, from its subjectivity, to deal with the prison context.

Keywords

Criminal Police. Emotional Performance. Vulnerability. Power.

Introdução

Os profissionais responsáveis pela segurança e custódia dos internos do sistema penitenciário brasileiro, anteriormente denominados de agentes penitenciários¹, desde 2019 passaram a compor um novo segmento das polícias, a polícia penal, através da Emenda Constitucional nº 104/2019 (BRASIL, 2019). Entendido pela categoria como um marco e uma conquista, pela inclusão constitucional destes como profissionais da segurança pública, o que traz “independência, reconhecimento por parte do Estado e profissionalização da categoria” (NASCIMENTO, 2022a, p. 894), cabe a cada Estado regulamentar esta alteração e criar a Lei Orgânica para disciplinar a organização, funcionamento, as atribuições, direitos, deveres e regime de trabalho. A Bahia foi o último Estado a regulamentar a Polícia Penal (maio de 2023) e ainda não aprovou a Lei Orgânica.

Ao longo da existência da prisão como instituição penal, cada vez mais vem sendo produzido conhecimento sobre as prisões e seus sujeitos. Por muito tempo, a ocupação dos profissionais responsáveis pela custódia permaneceu desconhecida em seus aspectos mais sutis, sendo identificada socialmente por uma imagem de agressividade, violência, maus-tratos, desrespeito e ilicitude. Como sinaliza Moraes (2005, p. 43): “[...] um grupo pouco conhecido cientificamente, mas absolutamente antipatizado e visto como composto por indivíduos ‘maus’, ‘torturadores’, ‘corruptos’, enfim, piores do que aqueles que eles guardam e vigiam”. Para Nascimento (2022^a, p. 904), “o apartamento da imagem produzida para o carcereiro por meio da criação da Polícia Penal surge como uma possibilidade de ressignificação social da imagem atribuída à profissão”.

A cada época, os paradigmas vigentes sobre a segurança, violência e punição repercutem nas características das penas, das relações e instituições destinadas ao controle social. Um aspecto que caracteriza o tempo histórico atual é a política de “guerra ao crime” (GARLAND, 2008) que tem ressaltado a busca dos profissionais da segurança por uma atuação mais profissional e distanciada, com uma preferência por equipamentos, armas e modelos técnicos, em detrimento ao investimento em prevenção e aspectos relacionais e sociais (PONCIONI, 2007). Esse distanciamento é resultante também de uma nova dinâmica intramuros, pela organização das facções e do tráfico de drogas (REIS NETTO, 2019), do crescimento da população prisional, do aumento do número de policiais penais e da mudança do perfil destes. Anteriormente com baixa escolaridade, muitos com nível superior adentraram nos últimos anos nesta ocupação, atraídos pela estabilidade do concurso público associada ao regime de trabalho de plantão, que lhes permite muitas vezes ter outras ocupações ou seguir estudando para outros concu-

¹ Neste artigo, foi preservada a nomenclatura de agente penitenciário quando trazida na fala dos entrevistados e em citações textuais, e nas demais situações, utiliza-se Policial Penal ou a sigla PP.

sos (MONTEIRO, 2018; OLIVEIRA, 2018). Os aspectos policiais ganham ainda mais força e legitimidade após a emenda constitucional e são percebidos por muitos desses profissionais como condições de maior segurança para a categoria, especialmente pela possibilidade de porte de armas, formação e de procedimentos técnicos melhor estabelecidos, embora a mudança social no reconhecimento destes profissionais e a existência das condições necessárias ao cumprimento da função ainda não estejam garantidas (NASCIMENTO, 2022a).

Ainda coexistem diferenças estruturantes: unidades modernas, com sistema de fechamento eletrônico, que promovem um maior distanciamento entre os custodiados e os profissionais e outras antigas unidades de pátio aberto, com fechamento manual; policiais penais com mais de 20 anos de experiência e policiais recém-chegados, com outras formações e entendimento da função; diferentes estruturas, padrões operacionais, para os policiais penais em cada Estado, que se encontram cotidianamente com a característica central da instituição de ser um local de convívio cotidiano e prolongado.

Os Policiais Penais são os interlocutores diretos daqueles que estão sob custódia do Estado, o imaginário e as decisões políticas referentes ao sistema penitenciário repercutem na sua ação, perspectivas e sentidos atribuídos à esta experiência profissional. O reconhecimento da **convivência e interação** com aqueles que estão presos como uma das principais atribuições dos policiais penais parte sobretudo da característica da prisão se constituir como local de vida e moradia de pessoas confinadas (THOMPSON, 1980), com características similares ao que foi descrito por Goffman (1999) como **instituição total**. Como afirma Crawley:

As prisões são de caráter doméstico, precisamente porque são lugares em que as pessoas têm que viver. Além de ser uma 'comunidade' (ver Clemmer, 1940), cada prisão é, literalmente, a casa do prisioneiro durante o período da sentença, às vezes por longos períodos de tempo (CRAWLEY, 2004, p. 415, tradução nossa).

Também entre os policiais penais, a convivência por períodos de 24h, compartilhando refeições, sono, banho dentro de uma mesma estrutura, cria uma proximidade familista entre eles, como sinaliza Nascimento (2022b, p. 13): "Formas de se relacionar, desde a linguagem, os códigos, as brincadeiras, os apelidos, as formas de proximidade, o contato e as posturas são elementos por meio dos quais sujeitos que vestem a farda se tornam parte da família".

Assim, além dos aspectos técnicos e dos procedimentos, para o exercício profissional destes será necessário entrar em contato com uma dinâmica bem específica, marcada por uma forte cultura institucional, que pressupõe o *ethos* dos internos, o proceder, regras de comportamento que regem as relações intramuros não só dos custo-

diados, mas também dos profissionais (RAMALHO, 1979). Para o equilíbrio do poder, precisam utilizar estratégias ora a partir das palavras, da imposição e negação, ora a partir do uso da força física, mas, sobretudo, a partir de estratégias de negociação, possível a partir do reconhecimento daquilo que é importante para os presos e das regras intramuros que regem a vida cotidiana: diferentes papéis e hierarquia entre os custodiados; regras que se configuram como direitos e possibilidades de acesso à serviços, troca e circulação de objetos; possibilidades de ajuda mútua e, sobretudo, o reconhecimento de atitudes morais aceitas ou refutadas entre eles. (RAMALHO, 1979). Aprender o que fazer, como fazer, como falar, com quem falar e quando, compreender o caráter das relações de poder formal e informal (TAIT, 2008), para manter o cotidiano em “ordem” e sem exposição exacerbada de si, é um desafio e uma necessidade para todos.

Desta forma, é preciso conhecer os processos simbólicos, emocionais, relacionais e sociais envolvidos na construção da ação profissional daqueles que se tornam policiais penais. Este artigo tem como objetivo analisar os processos relacionais e de construção da atuação no contexto prisional, sobretudo a partir do conceito de *performance emocional* proposto por Crawley (2004), com destaque aos sentimentos de vulnerabilidade e poder, bem como as diferenças nessa construção em diferentes momentos históricos.

A complexidade desta experiência profissional, que marca sobremaneira a identidade dos sujeitos que a exercem, convoca a reflexão a partir de referenciais que se complementam na compreensão desse fenômeno. Assim, Dubar (2012) contribui com esta análise a partir da centralidade da profissão na construção identitária dos sujeitos, ao mesmo tempo considerando os aspectos biográficos prévios e intenções futuras, e as características contemporâneas da vinculação ao trabalho que possibilitam relações mutáveis ao longo da vida. Dentre os agentes novatos entrevistados, o fato de possuírem uma outra identidade social, profissional, o que, ao menos teoricamente, lhes possibilita outras opções de trabalho, parece colocar esses agentes em uma condição subjetiva diferenciada em relação à atual ocupação, pois sentem-se com possibilidades de sair e, em muitos casos, efetivamente buscam isso, especialmente por melhorias salariais e reconhecimento profissional, diferentemente daqueles com maior tempo de experiência, como será visto a seguir.

Contexto da pesquisa

A Bahia possui atualmente uma população prisional de 12.182 pessoas (BAHIA, 2023), distribuídos em vinte e cinco Unidades Prisionais (UP) em funcionamento, sendo 10 (dez) na capital. Em 2018, existiam oito atualmente denominados Policiais Penais assumindo a Direção de Unidades Prisionais do Estado. O Plano Diretor do Sistema Peni-

tenciário da Bahia, elaborado em 2008, antes da criação da Secretaria de Administração Penitenciária² já indicava o número de 1.271 vagas de Policiais Penais não preenchidas. Entretanto, após esse período foi realizado apenas um concurso em 2010³, com provimento de 80 vagas, e em 2014⁴, com provimento de 490 vagas. Em 2023, há a previsão de um concurso para 287 vagas imediatas e 800 vagas de cadastro de reserva, não realizado até a finalização deste artigo.

Os dados aqui apresentados foram coletados em uma unidade prisional que abriga presos provisórios em Salvador-BA, entre 2014 a 2018, período importante por compreender a chegada de 34 profissionais na unidade, após o último concurso no Estado. Foram entrevistados 20 policiais penais, contemplando desde recém-aprovados no concurso realizado em 2014, que estavam em formação, até policiais penais com mais de 20 anos de experiência. Utilizaremos termos utilizados por eles para nos referirmos aos mais antigos, *velha guarda*, e os recém-chegados, *novatos*. Os nomes foram substituídos a fim de não possibilitar a identificação, e ao lado encontra-se o tempo de serviço no momento da entrevista. Os dados foram analisados com base na Teoria Fundamentada (TAROZZI, 2011).

Uma das principais lutas do Sindicato Servidores da Polícia Penal do Estado da Bahia, fundado em 1987, tem sido a regulamentação da profissão e a criação da lei orgânica, bem como a realização de concursos para provimento de vagas nas unidades que se encontram com um contingente de profissionais muito aquém da necessidade. Os policiais penais na Bahia trabalham, em sua maioria, em escala de revezamento de 24 horas de trabalho por 72 horas de descanso (com exceção dos servidores que trabalham em funções de gestão e administrativas).

A unidade onde o estudo foi realizado é composta por dois prédios, com capacidade total de 784 internos, e se encontrava com superlotação durante o período da pesquisa, com 956 pessoas (dado de 03 de maio de 2018, fornecido pela unidade). Na estrutura, há espaço físico destinado à administração, serviço social, médico, psicológico, dentário e jurídico, refeitório de funcionários, alojamento feminino e masculino, sala da defensoria, auditório, sala de revista. Há dois dias por semana previstos para a entrada de visitantes.

Segundo o Demonstrativo Nominal disponibilizado pela unidade, em 2017 havia 124 policiais penais (PPs) efetivos lotados na unidade, mais 7 ocupando cargos de gestão, totalizando 131 agentes penitenciários. Existe um cargo de Diretor, um Diretor Adjunto, um coordenador de segurança e 4 coordenadores de vigilância, todos cargos

2 Anteriormente, o Sistema Penitenciário no Estado era parte da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

3 Edital de abertura de inscrições – SAEB/01/2010.

4 Edital de abertura de inscrições – SAEB/03/2014.

ocupados à época por Policiais Penais. Analisando o tempo de serviço dos PPs da unidade, a partir do documento supracitado, houve entrada significativa especialmente nos anos de 1990 (27 PPs), 1998 (13 PPs), mais 3 que foram admitidos até o ano 2000 e, depois disso, apenas 11 anos depois, em 2011, houve entrada de novos PPs (16 no referido ano, mais 3 em 2012 e 9 em 2013). Com o último concurso, de 2014, houve a entrada de 34 profissionais. A chegada de um número tão significativo provocou uma situação ímpar para a compreensão das lógicas que permeiam a *velha guarda* e os *novatos*, e os ajustes necessários para a convivência profissional entre eles. Os agentes da *velha guarda*, aqueles com mais experiência e tempo de serviço, relatam que a possibilidade que os *novatos* têm de sair, os deixa em uma condição muito diferente da vivida por eles ao entrar, “para nós, aquilo era tudo”.

Para Dubar (2012), as condições socioeconômicas atuais configuram um período em que as trajetórias profissionais são marcadas por rupturas e mudanças. Para a **velha guarda**, há uma percepção de que esta possibilidade de trilhar outras trajetórias interferiria diretamente no grau de envolvimento dos **novatos** com a função, com os desafios a serem enfrentados dia após dia e com a relação estabelecida com os mais antigos. Como no caso da unidade estudada houve um período de mais de 12 anos entre concursos, essas diferenças são bem aparentes, e trouxeram impactos, sobretudo inicialmente, na relação entre esses dois grupos, o que exigiu, de ambas as partes, um período de adaptação para que houvesse uma possibilidade de integração entre eles e uma aproximação entre diferentes perspectivas. A seguir, apresentaremos os sentidos iniciais, relatados pelos participantes, acerca da trajetória como policiais penais.

A convivência na prisão como principal atribuição do policial penal

Iniciar uma atividade profissional significa adentrar em um mundo de significados, uma ampliação de repertórios de ação, de signos e léxicos e, aos poucos, agregar novos elementos ao reconhecimento de si e do mundo a partir do diálogo entre essa socialização e a identidade biográfica de cada um (DUBAR, 1998). Para quem inicia a atuação como PP, o primeiro dia na unidade inaugura a construção do sentido vivencial desta ocupação, quando os profissionais se colocam frente a frente com a realidade institucional, os códigos formais e os implícitos, e se deparam com a **sensação de vulnerabilidade** pela imagem que se tem de quem são os internos, pela precariedade e ausência de habilidades para lidar com a nova situação. Inicia-se o processo de enfrentamento de barreiras morais advindas das ideias que se tem sobre a prisão, sobre as pessoas privadas de liberdade e a nova ocupação, a busca por estratégias para lidar com

os sentimentos que emergem e por encontrar formas de exercer e lidar com as relações de poder que se estabelecem no cotidiano.

José, um PP da **velha guarda**, com 28 anos na profissão, trouxe um sentimento de vulnerabilidade e solidão, ao afirmar: “[No primeiro dia] Cheguei no portão que dá pro pátio, e um interno falou: agente novo aqui a gente quebra no pau... Os agentes antigos não esboçaram nenhuma reação...”. Coelho (2005, p. 100) explicita que “a intimidação é um recurso largamente utilizado pelos presos para testar o guarda novato. ‘Eles fazem aquela cara feia, quem já é feio fica mais feio, fala logo agressivamente para ver a atitude do guarda...’”.

A desconfiança pelo desconhecimento da identidade de quem chega provoca um tempo inicial de avaliação e implica na necessidade de afirmar o seu lugar e de responder adequadamente àquilo que é esperado, mas que ainda é desconhecido. Estes primeiros sinais, as primeiras respostas, já começam a delinear o perfil desse novo integrante, para os que estão custodiados e para os novos colegas de profissão, apresentando indícios de se é confiável e com quem se pode contar. Esse exemplo demonstra como a convivência com aqueles que estão presos caracteriza a dualidade vivida pelos policiais penais (MORAES, 2005), que tem uma função marcada pela necessidade de contenção e segurança mas que, inevitavelmente, envolve aspectos relacionais e emocionais (CRAWLEY, 2004) diante dos custodiados e da cultura prisional.

Mario, PP com dois anos e três meses na profissão, localiza esses elementos simbólicos nas relações de interdependência e no poder daí advindo, diferenciando a relação estabelecida pelos policiais penais de uma perspectiva militarizada:

Pessoas que trabalham muito na área dos militares dão curso para gente, só que coisas da área militar muitas vezes não se aplicam aqui porque aqui é uma relação muito mais próxima, não é uma relação que nem polícia e uma pessoa na rua. Aqui é diferente, o agente acaba que tem que criar relações de conversar com o interno. Outras relações de poder que não a relação física, então, a profissão exige muito mais uma relação de poderes com outras coisas... (...) Então, desde quando chegam aqui, desde o primeiro contato com a família, a uma dor de dente, a ter, geralmente, brigas na rua, no bairro e não querer ficar porque se não os colegas de rua que são inimigos dele vão fazer alguma coisa e eles têm esse medo... (...) Então se a gente não fizer esse trabalho a vida deles se torna muito mais difícil. Isso dá a sensação de segurança, eles precisam da gente.

Mesmo que haja cada vez mais um distanciamento entre os policiais penais e os que estão em privação de liberdade, sobretudo após a extinção dos postos do pátio, o crescimento e fortalecimento do crime organizado, e com a mudança nas estruturas das unidades mais novas, é aos policiais penais que os que estão presos recorrem para conseguir acessar muitos fluxos no dia a dia. Seja para qualquer demanda oficial **além-pátio** e, também, para a comunicação de situações de vulnerabilidade **intra-pá-**

tio, aquelas em que um privado de liberdade está sendo prejudicado individualmente quanto para informar de situações como planejamento de fugas e rebeliões, por exemplo. Isso porque, por mais que exista o *proceder*, a *massa* não é uniforme, nem todos são contemplados em determinados planos, alguns podem buscar formas de conseguir algum benefício ao partilhar uma informação privilegiada. Também é necessário dialogar com os que estão presos para que estes cumpram determinados procedimentos e, conseqüentemente, precisarão lidar com recusas, enfrentamentos, ameaças e outros aspectos decorrentes de uma relação.

Essas são características importantes da atuação dos policiais penais, que se diferenciam de profissionais de outras categorias: lidar e, em certa medida, regular as ações dos que estão na prisão, que tem regras próprias, relações hierárquicas, códigos de conduta que influenciam na ação e na comunicação (RAMALHO, 1979; GOFFMAN, 1999; SYKES, 2007 [1958]). O desconhecimento desses códigos pode gerar repercussões para os agentes novos que ainda não sabem como as coisas funcionam, mobilizando todo um coletivo de presos (COUTO, 2011). Isso implica em uma atuação que se complexifica, especialmente porque será necessário conviver com as conseqüências de cada ato exercido: “Enquanto um policial pode não ter que gastar tempo com um indivíduo que ele tenha tratado de forma grosseira ou injusta, um policial penal pode ter que passar meses ou mesmo anos com esse indivíduo. (...)” (TAIT, 2008, p. 140, tradução nossa).

A diferença da relação estabelecida entre os que estão presos com os outros profissionais que atuam nas unidades também se dá porque, em geral, os atendimentos pelas assistências e nos diferentes serviços oferecidos acontecem de forma individualizada e/ou em pequenos grupos, e com um foco específico em algo que os que estão presos necessitam e pelo qual receberão algum tipo de benefício – seja um acompanhamento psicossocial, um cuidado médico, um encaminhamento administrativo ou jurídico, trabalho, estudo etc. Não há, portanto, para estes profissionais uma necessidade de administração direta das relações intramuros, como acontece com os policiais penais:

Aqui são seis agentes para 260 internos. Pensando só aqui no anexo. Já no prédio principal são mais ou menos 12 agentes para 790 internos. Então é uma disparidade muito grande para você administrar tanto interno, tanto problema, tanto conflito, porque, o que acontece... Tem um médico um dentista, um psicólogo, um assistente social na semana, que atende uma vez por semana, duas vezes por semana no máximo, para dizer, 1050 internos por exemplo. E nós é que seguramos essa barra, essa tensão (Rodrigo, policial Penail com um ano de atuação na profissão).

Ou seja, apesar de existir nas prisões uma equipe multidisciplinar de atendimento aos que estão presos, não se lida diretamente com a gestão da vida cotidiana deles neste espaço e com as relações que se estabelecem entre eles enquanto coletivo.

Entre os protocolos e a realidade

Agir no padrão é algo que encontra alguns desafios, construídos por históricas carências estruturais e de equipamentos associadas à questões das trocas simbólicas na busca pelo poder. Policiais penais relatam que os procedimentos, mesmo quando formalizados, não são executados à risca, são influenciados por um *modus operandi* próprio e transmitido de uns para os outros. Isso provoca diferenças, por exemplo, entre os plantões, a depender de qual seja o entendimento daquele grupo e do chefe do plantão. Entrevistados destacam que o perfil do gestor tem uma influência direta em como são executados os procedimentos e relatam o desafio de transformar hábitos mesmo quando há orientações específicas de padrões que gerariam mais segurança, como a “algemação”, por exemplo, cujo procedimento especifica que deve ser feito com as mãos para trás, e em muitos casos se faz com as mãos para a frente. Bruno, PP em formação, relata: “A gente perguntou inclusive: Ô fulano, esse procedimento aí não está errado não? ‘É, mas, tá sendo feito assim ...’ Então, é o costume, você começa a se acostumar, acha que o cara nunca vai dar um pinote”.

Muitos PPs tiram plantões extras, o que faz com que passem a conhecer a dinâmica de outros plantões: Tem uns mais rígidos, tem uns que resolvem o problema mais rápido... Tem outros que sempre mandam o preso esperar, não importa se tem disponibilidade... ‘Daqui a pouco’. Tem plantão em que a maioria é mais velho, isso muda um pouco. Dentre os PPs novatos, muitos buscam apropriar-se das técnicas para buscar uma maior segurança a partir do procedimento. Entretanto, estes encontram um desafio: como manter a atuação técnica diante de um ambiente marcado por carências e, sobretudo, por uma cultura forte, com regras específicas, que inclui elementos de machismo e necessidade de afirmação de atos relativos à masculinidade e encobrimento de sentimentos que revelem fragilidade (CRAWLEY, 2011)? Por exemplo, um colega que diz que não irá escoltar um interno sem que tenha dois policiais penais e algema para trás, como versa o procedimento, pode fazê-lo ser visto de forma negativa pelos que estão presos e pelos colegas, como medroso, por exemplo. Mas essas condições nem sempre existem e o trabalho “precisa ser feito”. Tal condição é também identificada por Castro e Silva (2008, p. 132): “(...) se os ASP’s⁵ fossem trabalhar seguindo o que estava previsto na legislação, corriam o risco de fazer com que a cadeia “não andasse” (não funcionasse em situação de normalidade)”.

Sim, foi ensinado para gente a algemação. E o que a gente aprendeu é que, mãos para trás, firme, atrás desse ossinho e tal. Não é o que a gente vê. O que a gente viu aqui é que de cem,

5 Sigla anteriormente utilizada em alguns estados brasileiros para representar os Agentes de Segurança Penitenciária.

três *tavam* algemados para trás. Então, assim, aí vai chegar os novatos e vão querer mudar isso? A gente vai causar intriga com os colegas e com o preso, que tá acostumado a ser algemado diferente: “quem é esse cara aí? Por que só ele?” Então, você vai ser o diferente. Então, vou ter que analisar como eu vou me comportar, a minha vontade é algemar para trás, é fazer o procedimento correto. Só que eu não sei se eu vou realmente fazer isso lá, se eu chegar e todo mundo algemando para frente. (Cleiton, PP em formação).

Além da tensão diante do reconhecimento de uma situação de vulnerabilidade, a resposta dos que não executam de maneira adequada muitas vezes é devolvida como um questionamento sobre a coragem/medo de quem chega, “tá com medo é?”, ou reforçando a ideia de negação do risco, com a compreensão de que nada vai acontecer uma vez que culturalmente é feito de outra forma. Isso provoca tensão na relação estabelecida entre os PPs mais antigos e novatos, aspecto também identificado por Oliveira (2018, p.425) em Minas Gerais:

Essa relação estabelecida entre os guardas antigos e os agentes novatos não é constituída apenas de plena harmonia e companheirismo. Os guardas antigos rotulam os agentes novatos de “barrigas verdes”, e alegam a falta de solidariedade e união entre eles, em decorrência da separação das funções em equipes de trabalho e da identificação dos novatos com o trabalho policial em detrimento do trabalho de custódia. Os agentes novatos, por outro lado, não acreditam na eficiência dos antigos, e os rotulam de truculentos, amadores, corruptos e sem profissionalismo.

Dentre as atribuições cotidianas, a escolta, a custódia e a abertura e fechamento das celas exemplificam a vulnerabilidade dos policiais penais diante da ausência do poder do Estado e a necessidade de negociação e pessoalização do poder. Igor, PP com dois meses de atuação, ressalta: “Tem muita coisa fora do procedimento. Por exemplo, condução dos internos para o médico. Às vezes você conduz sozinho dois ou três, quando era para ter três agentes... É a sua postura que faz eles respeitarem”. A fala deste PP aponta o quanto uma situação de falta de controle, pela precariedade e falta de condições adequadas à realização do procedimento, encontra sustentação nas relações, no reconhecimento moral e no poder negociado (CLEMMER, 1958). Entrevistados relatam que os que estão presos reconhecem que os policiais penais são corajosos de trabalhar nessas condições, o que repercute em relações de respeito entre eles, sobretudo quando há coerência na ação e na resposta às demandas e situações que surjam. Para Chies (2011, p. 401),

temos de considerar que, nos ambientes penitenciários, a obediência não se dá, via de regra, pela relação direta entre a posição formal da qual emana o comando e o reconhecimento de sua legitimidade, ou da legitimidade do conteúdo do comando, a partir da lógica racional-legal que sustenta as burocracias extramuros.

O momento de abertura e fechamento das celas na unidade estudada também é reconhecido pela sua vulnerabilidade, especialmente pela proporção entre policiais penais e pessoas presas, por ser um pátio aberto, em que estas ficam soltas no pátio e as celas são fechadas manualmente, uma a uma: “É o momento mais crítico. O ideal seria apertar um botão e fechar tudo, mas as portas estão danificadas”, aponta Igor.

Isso tudo é feito sem que os PPs utilizem equipamentos de segurança: “Aqui é muito contato, frente a frente, tem que entrar para fechar as celas. Tem que ter muita coragem para entrar. É rezar com a sorte”, afirma Pedro, PP com oito meses de atuação na profissão. Apesar da vulnerabilidade da situação, esta é mais uma situação que representa a lógica do poder negociado nas prisões, uma vez que se observa a manutenção da ordem mesmo diante de uma condição de tanta exposição. Para Batista (2009, p. 400), a ordem nas prisões brasileiras é conseguida através de dois mecanismos:

(...) convivem duas modalidades de construção da ordem e do controle nas prisões. Uma delas, minoritária, baseada, principalmente, sobre a prerrogativa do Estado na gestão do dia a dia prisional. A outra, baseada sobre a negociação da pacificação do presídio entre o Estado e as lideranças dos presos.

Diante desse contexto, que inclui a dimensão relacional e o proceder, os policiais penais passam a desenvolver uma cultura própria de atuação, que tem a ver sobretudo com a busca do exercício do poder e a minimização das condições de vulnerabilidade, com a manutenção da própria segurança, diante da necessidade de preservação de si (moral e fisicamente) e a manutenção da ordem (SYKES 2007 [1959]; KAUFFMAN, 1988).

A performance emocional em busca de segurança

A partir da vivência na prisão, com colegas, pessoas presas, o ambiente e a cultura prisional, é inevitável a construção de um perfil profissional pela qual passarão a ser reconhecidos, por ser o seu corpo, a sua palavra e as suas ações na relação com as pessoas. Os que estão presos podem ler cada postura como mais/menos agradável; como mais/menos repressora e reagirão a isso. Os policiais penais descobrem então, que mesmo aqueles que agem com um maior distanciamento necessitam aprender a lidar com as próprias emoções, regulá-las, escondê-las, e passam a construir a sua ação também buscando revelar o que é valorizado pelo grupo. Nas palavras de Crawley (2011, p. 94, tradução nossa),

[n]ão é suficiente simplesmente colocar o uniforme; o oficial deve aprender a usá-lo. Não é suficiente que os novos recrutas aprendam as regras da prisão, as rotinas e práticas de trabalho da prisão, os procedimentos para lidar com presos não cooperativos, as normas da cultura ocupacional, a ‘receita’ ou ‘regras do ofício’ do trabalho e as ‘regras de sentimento’

da prisão. Em vez disso, os oficiais devem conhecê-los e incorporá-los. Em suma, o novo policial penal deve adquirir a “personalidade funcional” do policial penal. Isto não é adquirido através de mera habituação e repetição; ao contrário, envolve habitar um modo de ser.

Entrevistados reportam que os principais saberes necessários a um PP só são aprendidos no contexto, na prisão, com a experiência direta com os colegas e os que estão presos. É o dia a dia e a administração das micro crises cotidianas que vai compor esse saber: “oficiais e presos bajulam, lisonjeiam, se ofendem, irritam-se, oferecem conselhos, aplacam, provocam uns aos outros e assim por diante - isso é parte do complexo negócio de viver juntos em uma prisão, assim como em qualquer outro lugar” (CRAWLEY, 2004, p. 415).

A comunicação é um ponto central: Um entrevistado indica como podem existir diferenças sutis na forma de fazer alguma solicitação, mas que coloca em jogo diferentes possibilidades de interação entre PPs e custodiados: “Vai da forma de falar... Eu não estudei para ser truculento, mal educado, então não falo assim... Tem os procedimentos, mas você pode falar: ‘Por favor, pegue essa algema’, ou você pode falar: ‘Pegue a porra dessa algema...’”(Diego, PP com 8 meses de atuação na profissão). Dentre os novatos, há uma preocupação maior em não absorver a linguagem e outros aspectos da “prisão”, mas as peculiaridades do que é vivido intramuros, os segredos da ocupação e as questões de segurança, muitas vezes distanciam os PPs de outras relações (MENDONÇA *et al*, 2019), o que pode resultar em uma aproximação a estes aspectos mesmo de forma não intencional, podendo levar inclusive ao cometimento de atos de violência que repercute significativamente na vida e liberdade desses profissionais (OLIVEIRA *et al*, 2021).

Responder às demandas do interno perpassa pela *desconfiança da veracidade da solicitação*, o que pressupõe aprender estratégias de verificação da necessidade ou, em outro extremo, exercer a negativa como resposta padrão; a verificação da *possibilidade/impossibilidade de atendimento*, quando há interesse em mediar a demanda; e o aprendizado de *como responder* (com que tom de voz e conteúdo), a fim de não criar falsas esperanças de resolução de algo – o que gera um comprometimento muitas vezes impossível de cumprir, ou a tensão por uma resposta equivocada ou desrespeitosa.

O aprendizado de como interagir com os que estão presos se dá muito por observação da atuação dos colegas por quem se tem alguma admiração e com quem se partilha valores e crenças. Coelho (2005, p.100/101) já apontava isso em seus estudos: “A experiência dos guardas mais antigos é fundamental nesse processo de aprendizagem. De fato, o novato raramente arrisca-se a decidir uma situação contando com seus próprios recursos”.

Em um diálogo com Rodrigo, um PP novato, com pouco mais de um ano na fun-

ção, ele também reconhece que uma das principais formas de aprender “sobre a cadeia” tem sido os diálogos com os mais antigos, especialmente pela necessidade de lidar com as demandas dos presos de uma forma que, apesar de estar exposto à situação, é preciso desenvolver uma presença não amplie sua condição de vulnerabilidade.

As pessoas aprendem com interação social, aqui é interação social. É você interagir e você conseguir aprender a manha, o jeito de falar, o jeito de enganar, *o jeito de se expor e não se expor ao mesmo tempo*, de estar lá presente e não se expor, tentar dar um “cheiro”, como a gente chama, para não criar um burburinho, não criar uma movimentação grave.

Tem havido uma preocupação entre os novatos de não dar abertura aos presos, para não caracterizar algum tipo de “jogo”. Se compreendemos que as relações são inevitáveis, sendo a prisão um contexto eminentemente relacional (SYKES, 2007 [1958]; GOFFMAN, 1999; CLEMMER (1958)], é preciso considerar que o distanciamento também é um modo de ação e, como tal, também causa impacto no cotidiano das prisões. Uma aparente neutralidade ou impessoalidade, ao mesmo tempo em que pode preservar o agente da “prisionização”, da contaminação moral, da sensibilidade diante das condições dos presos, ou da indignação diante de determinados atos, não possibilita a partilha de capital simbólico com os internos, distanciando-se do jogo presente na execução penal para manutenção da ordem (CHIES, 2011) o que pode causar, a longo prazo, relações mais tensionadas.

Uma das primeiras dimensões que os novos policiais penais relatam é a construção de estratégias que lhes permitam uma sensação de segurança. Inicialmente, são sobretudo estratégias individuais, pois os laços com os outros agentes e a compreensão do contexto ainda está em construção.

Alguns entrevistados realizam rituais antes de adentrar em situações de maior risco, como forma de se sentirem mais seguros, como é o caso de Rodrigo: “Eu entro mentalizando, meu Deus, obrigado pela oportunidade de estar aqui. Aí, eu falo um salmo, o salmo 23. Ai eu sempre oro assim, penso e tal, mentalizo, penso em Deus e acabou. Aí eu acho que dá tudo certo, e realmente dá. Até agora deu”. Igor sinaliza que também se protege a partir da espiritualidade, e agrega que tanto o medo quanto o conhecimento da realidade da prisão, são fatores protetivos: “Eu rezo, agradeço a Deus cada dia aqui dentro. O medo faz com que você seja mais vigilante, mais atento. Tento estudar um pouco sobre o assunto, quanto mais conhecimento você tem, mais você se protege”.

Às vezes diante de uma realidade percebida como absurda, a estratégia utilizada para executar o que precisa ser feito é uma espécie de **negação**⁶ e que é sustentada pela ausência de ocorrências mais graves, afirma Rodrigo: “É, faz sem pensar... Se você

6 Em uma aproximação com o conceito psicanalítico que se refere a um mecanismo de defesa em que há uma recusa ao reconhecimento de uma realidade, vista como dolorosa ou difícil de encarar.

ficar com muito medo, não faz. Aí eu já me acostumei, porque nunca aconteceu nada comigo. Nunca fui pego como refém... Então, por isso é que eu entro tranquilo. Ai, com fé em Deus, rezando..."

As estratégias podem ser diversas em busca da sensação de segurança. Além das citadas acima, a entrada no pátio portando arma (apesar de proibido), o distanciamento dos que estão presos, seja a partir das condições estruturais da unidade (novos modelos em que se fecha as celas por cima), seja o distanciamento relacional, como dito anteriormente. Muitas vezes, provocam sensações temporárias e até reconhecidas como **falsas sensações de segurança** se consideradas objetivamente, mas que, subjetivamente, oferecem condições para o enfrentamento da situação. Chamaremos de **estratégias subjetivas** os mecanismos não intencionais de lidar com as emoções que surgem pela situação de enfrentamento, e de **estratégias intencionais** aquelas que se escolhe executar visando o sentimento de proteção diante do que provoca medo e insegurança.

Dentre as **estratégias intencionais**, identifica-se, como explicitado anteriormente, a realização de **rituais**, como orações e mentalizações feitas antes de entrar no pátio ou diante de algum procedimento específico com mais risco envolvido. Uma outra perspectiva seria a busca pela realização correta de procedimentos, "no padrão", e o aprofundamento em técnicas que ampliem as condições de lidar com as situações deste contexto de atuação. Essas ações coexistem para alguns PPs: rituais e busca por executar no padrão. A entrada com armas no pátio, apesar de não permitido, também foi relatado.

Duas **estratégias subjetivas** foram apresentadas pelos entrevistados: Enfrentamento de uma situação a partir da **racionalização**, à condição reflexiva de, diante do medo, identificar que é possível realizar o trabalho uma vez que outras pessoas fazem esse serviço. Ou seja, a partir da observação da realidade e do conhecimento dos pares, há um primeiro rompimento com a ideia de que é um contexto a ser evitado a qualquer custo, para algo onde é possível estar inserido. Mesmo com o sentimento de medo, há um enfrentamento da situação.

Existe, também, a estratégia de que, diante de condições que parecem tão absurdas, é melhor "não pensar", ou seja, de alguma forma há uma **negação** sobre os fatores que geram insegurança e sobre as ausências de condições de segurança (as condições a serem enfrentadas, a precariedade das condições estruturais, a diferença de quantitativo de policiais penais e custodiados, a ausência de equipamentos...) e simplesmente se executa o que é preciso, muitas vezes de forma mecânica, automática: "Se pensar que você tá entrando sem nenhum equipamento de proteção, sem armas, num pátio com 700 presos, você não entra" (Diário de Campo, abril/2017). Esta foi reconhecida por alguns não só como uma estratégia inicial, mas que pode perdurar ao longo da ex-

periência profissional. Essa característica também foi identificada em estudo realizado por Crawley (2004, p.417, tradução nossa):

Eu acho que quando você se senta e pensa que você está em um posto sozinho com 48 internos, incluindo estupradores e assassinos, e você tem que descer e trancá-los... Se você pensar sobre isso, você nunca sai da cadeia. O medo nem sempre está lá, mas você tem que estar atento (Oficial, Garth).

Além disso, entrevistados apontam que entre os novatos, o receio muitas vezes é inclusive substituído pela adrenalina e sensação de poder, que trazem uma falsa sensação de segurança: há aqueles que se sentem em uma condição de poder, seja a partir da adrenalina gerada pela situação agregada a uma perspectiva de afirmação de uma masculinidade, “quer mostrar que é **O cara**”, (Diário de Campo, setembro 2017) – mesmo sem experiência suficiente, que os leva a colocar-se numa postura corporal de poder, inserindo-se em situações sem medir o risco (como adentrar o pátio na frente, sem ainda saber ler os sinais). Trata-se de uma ação que tem algo de irracional, porque não está baseado na experiência, apenas na ideia do que representa esse papel, a farda e a adrenalina provocada.

Um outro agente disse para mim diferente, que no primeiro dia que ele viu a galera entrando para fechar, ele disse: “vou ter que ir?”, ai, foi no meio, foi no bolo, né? Segui o fluxo... No outro dia, na outra semana, ele já tava na frente... Então, é essa falsa sensação de segurança... Então, se torna comum aquilo ali para ele. Ele tava no meio, tava no terceiro, depois, tá no primeiro... É, poder... Tá se sentindo né? ‘Eu quero mostrar que eu sou...’ (CLEITON – PP em formação).

Em relação à **velha guarda**, muitas vezes há também a sensação de empoderamento, mas esta se dá a partir de uma trajetória com muitas experiências superadas, pela crença construída na prática de ser capaz de resolver a situação. Às vezes a experiência gera acomodação, por saber lidar com situações de risco, e pela ausência de ocorrências.

Se, por um lado, essas estratégias de enfrentamento são “protetivas” à subjetividade, podem ser prejudiciais à segurança. Pois, esse mesmo conhecimento, hábito, sensação de segurança, pode gerar situações de risco. Roberto, PP com 18 anos de atuação na profissão, relata: “O pior pensamento é esse. Toda vez que a cadeia caiu, foi assim. Por ser menosprezado, quando a segurança é menosprezada. Quando o funcionário lá da ponta menosprezou. E a cadeia caiu, porque não prestou atenção nos sinais. O funcionário assim não pensa”.

O que se observa é que, na ausência de ocorrências graves nos procedimentos cotidianos por um longo espaço de tempo, certos cuidados deixam de ser sentidos como indispensáveis, sobretudo quando se aliam à lógica machista e de demonstração

de coragem, como forma de negação do medo e como busca de demonstração de poder (BOURDIEU, 2002). Roberto destaca que é um limiar muito sutil entre essa assimilação e uma possível acomodação, e que esta seria um risco nesse contexto. Além disso, mesmo quando se está atento, não se trata de uma avaliação simples, pois nem sempre é possível ler todos os sinais e, por isso, as relações de equipe são fundamentais:

Teve um mesmo da velha guarda, que um preso começou a tensionar, ele foi e disse que ia levar o preso pro isolamento. Eu chamei ele e falei: você não percebeu que você fez o que ele queria? 'queria o quê?' Sair da cela. Ele nem retrucou, percebeu? Foi mesmo... 'Volta, você vai ficar aí na cela mesmo...' É um cara que, na semana que um preso morreu, ele tinha dito: "vai morrer alguém, a cadeia tá estranha". Eu não percebi nada, mas ele sentiu os sinais. Mas naquela hora, ele não percebeu... (Diego, PP com 8 meses de atuação na função).

Assim, negligenciar os sinais e sentir-se empoderado, seria um dos maiores riscos ou que abre brechas para que algo ocorra:

Às vezes eles falam que entra um no pátio sozinho. Rapaz, você tá entrando sozinho por quê? Isso é outra falsa sensação de segurança, que acontece entre os novatos e entre a velha guarda, que não tem a ver com arma, existem várias falsas sensações de segurança e uma delas é isso: ausência de risco percebido por muito tempo, se torna uma falsa sensação de segurança e aí, você, "ah, hoje é mão na frente mesmo, bota uma algema para dois..." (Diário de Campo)

Em todos esses casos, parece haver uma transformação de uma situação adversa em uma situação percebida de forma alterada: seja o "não pensar", o sentir-se tranquilo pela ausência de ocorrências, ou a sensação de poder trazida pela adrenalina ou pela experiência. São "estratégias de acomodação" que, apesar de possibilitar o enfrentamento da situação, tão adversa, podem constituir-se como fatores de risco, por não se avaliar de forma racional o contexto e, muitas vezes, resultar no afrouxamento da segurança.

Essas parecem ser condições extremamente subjetivas e, na ausência de condições de segurança para o profissional e de uma formação continuada, estão todos expostos e agem a partir de condições individuais de enfrentamento, não existindo um suporte institucional e fortalecimento a todos os que estão sujeitos a esta realidade.

O medo com experiência

O imaginário que permeia os primeiros dias, de como será a relação com os internos, se transforma com a experiência. A convivência na prisão pode minimizar alguns temores e estereótipos, pois se verifica que não é apenas agressividade, violência, mas é possível estabelecer componentes de respeito na relação.

É diferente do que o pessoal, do que eu pensava, existe uma relação de respeito... Você se dá ao respeito e eles lhe respeitam... Conseguindo estabelecer essa relação de respeito, até agora eu não tive dificuldade com o interno não... Qualquer coisa eles chamam de “senhor”, se souber o nome chama de senhor e o nome, ou então é “seu agente”, mantendo o limite de respeito. Até agora, não tive nenhum desentendimento não... (Francisco, PP com três meses de atuação na função).

Algo imaginado como assustador inicialmente, ganha novos contornos a partir das relações e da experiência, que, quando acompanhada do desenvolvimento da atenção, auxilia no reconhecimento de expressões, atitudes, pedidos deslocados, reconhecimento de sinais de tensão e de algo fora do comum, traz novos tons para essa relação. As situações em que se lida com a massa continuam sendo vistas como os momentos de maior tensão no cotidiano, especialmente pela proporção de PPs para a quantidade de custodiados e as condições precárias de formação, de segurança e infraestrutura, mas as relações individuais podem ganhar novos tons.

Na unidade pesquisada, existe um contato com o pátio e os que estão presos, pelas características estruturais, e há um reconhecimento de que essa relação, por mais que amedrontadora a princípio, ensina muito e desenvolve habilidades específicas.

Conversando com um agente aqui, relativamente novato, ele me falou: “eu precisava vir para essa unidade, para perder o medo, porque aqui eu tenho uma exposição maior ao interno”. E hoje, conversando com outro agente, relativamente novato, ele disse o contrário: “eu preferi vir para essa unidade – se tratando de uma unidade diferente -, porque aqui eu tenho pouco contato com o interno (Marcelo, PP em formação).

Agora em relação ao que você tava falando, do colega, que prefere trabalhar aqui para perder o medo e o outro... se rolar uma situação de crise lá, ele não vai ter experiência. Agora, o que trabalha aqui, ele trabalha confortável em qualquer unidade. A experiência que ele tem aqui, ele trabalha em qualquer lugar (Cleiton, PP em formação).

Ou seja, uma das formas de sentir-se com um pouco mais de segurança não é apenas através da coragem ou da ausência do medo, mas sobretudo o desenvolvimento da atenção que reconhece sinais, capaz de identificar quando há algo fora do comum, desenvolvida pela relação de convivência. Roberto, PP da velha guarda, explicita como o medo inicial é substituído pelo medo com experiência, que dá alguma segurança ao policial penal:

É mais ou menos isso, a sua percepção... Você entra na cadeia, você entra em pânico, terror, horror... Isso vai sendo substituído pela experiência que vai dando a você segurança, que não tem nada a ver com... A segurança não é substituída pela sua imperícia, imprudência, pela negligência. Esse terror, esse pânico, vai sendo substituído pela atenção. Essa atenção vai lhe dando segurança, mas você não deixa de ter medo. Além do medo, você passa a ter uma segurança que diz a você: “a segurança tá na minha experiência e a minha experiência tá dizendo que tem alguma coisa de errado aí.

No caso dos PPs, pois, a atenção desenvolvida pela convivência pode se tornar um fator protetivo quando, diante de uma situação de crise, possibilita ver aspectos do contexto, da “paisagem”, que os iniciantes, os *outsiders* ou os que vivem a situação com uma maior carga emocional, não conseguem. Chauvenet et al. (1994, p. 25 apud MORAES, 2013, p. 138) destacam a particularidade dessa habilidade dos PPs:

De uma maneira geral, nós constatamos que a missão de vigilância desenvolve entre os agentes penitenciários uma faculdade de ver (e uma capacidade de observação em geral) que surpreende o observador externo. A mobilidade, a acuidade, a rapidez no olhar, o dom da ubiquidade são aspectos reais das qualificações do agente penitenciário. Nós observamos igualmente um desenvolvimento da acuidade e sensibilidade auditiva [...] que lhes permite prever e prevenir incidentes.

Para eles, esse fator protetivo não tem nada a ver com o uso de armas, por exemplo, mas com a assimilação do seu corpo naquele contexto e o aprendizado da leitura dos sinais do pátio e dos privados de liberdade. Roberto afirma:

[A arma] cria a falsa sensação de segurança. Porque, quando você convive, quando você respira a cadeia, quando você aprende como roda a cadeia, os melindres, as dicas, a conversa, a linguagem da cadeia, quando você aprende isso, esse é seu fator de segurança. Isso é o que permite você dizer: “oh, a cadeia tá sinistra, a cadeia tá estranha”.

Estas são identificadas, especialmente pela velha guarda, como condições mais reais de segurança, por possibilitar de alguma forma a identificação de situações antes que elas aconteçam de fato, possibilitando ações mais estratégicas e menos reativas. Esse saber advém da atenção desenvolvida com a convivência, a rotina, quando os que estão presos parecem se tornar “conhecidos”, e quando se entende a “lógica da cadeia”.

Hugo, PP com seis anos de atuação na função, reafirma essa ideia e destaca alguns dos sinais que passam a ser observados e percebidos:

Aos poucos você vai pegando a malícia, vai olhando, vai sabendo, quais são os presos que vão dar uma indicação de que vai ocorrer alguma coisa; que cela olhar, como o cara tá procedendo, que a gente chama de lideranças e tal. Você tenta criar esse termômetro, que não é 100%, mas que você tenta estabelecer alguns critérios para poder você dizer “não, parece que não vai ser hoje”. Com o passar do tempo, parece que a atenção diminui, mas é ledô engano, porque você já desenvolve um outro tipo de olhar, você começa a adquirir um certo olhar mais maduro, você não olha o todo e fica mantendo a atenção, você já sabe onde, que local dar a atenção, olhar o olho do preso. É meio instintivo, meio animalesco, acho que a gente faz um resgate, os sinais sutis, as expressões.

Assim, a convivência possibilita que a leitura de sinais passe a se constituir como fator de segurança, que não elimina o medo, mas amplia as possibilidades de ação e antecipação de situações que estejam em vias de ocorrer. Para a velha guarda, os novatos

têm um desafio diferente para a construção desse saber após o fim dos postos no pátio e o distanciamento pois, para eles, a experiência adquirida no trato com os internos com o contato direto no pátio trouxe um saber muito próprio diante dos que estão presos e da dinâmica da cadeia.

Não se trata de algum conhecimento que pode ser transmitido *a priori*, porque envolve o reconhecimento de sinais que destoam do que acontece corriqueiramente e isso vai depender das características da unidade e dos hábitos dos que estão presos. Como relatou Celso, PP com nove meses de atuação na função: “Tinha dias que a cadeia tava tensa, movimentação diferente, eles se agrupando no pátio... Cantando os salves, ostentando armas, principalmente. Não chegou a virar, mas senti o clima. Cada um tem seu tempo, eu tenho alguma noção, mas os antigos identificam logo os sinais”.

Os novatos identificam que é a observação do pátio e a conversa com a velha guarda, tanto sobre histórias passadas quanto dicas sobre a atuação presente, que lhes possibilita aprender sobre a ação e comunicação nesse contexto. Durante e a partir dessas experiências, os policiais penais vão construindo as suas identidades profissionais.

Considerações finais

A análise proposta neste artigo amplia a possibilidade de compreensão dos aspectos e processos que permeiam a atuação profissional dos policiais penais, a construção de sua identidade como sujeito e como categoria, permeadas pela cultura prisional já identificada por outros autores da sociologia das prisões, como Sykes (2007) e Ramalho (1979). Apesar do discurso das instituições prisionais como locais de controle do Estado, o que se identifica desde os estudos de Clemmer (1958), aprofundada por Sykes (1974), é que nas prisões o poder é negociado, e a ordem e a segurança se mantêm em parcial homeostase a partir de um jogo de concessões entre a gestão, o *staff* e os que estão presos, pois, de outra forma, não seria possível obter o cumprimento das regras cotidianas pela população encarcerada, em número muito superior àqueles que estão ali para controlá-los. Ao focar nos policiais penais, passa-se a identificar o quanto as características das instituições também os afetam nas relações sociais, na sua identidade e relação com o trabalho e na forma de exercer o poder. Salla (2006), em estudo sobre as rebeliões no Brasil, acrescenta que, este controle está ainda mais distante da realidade brasileira desde que tem havido uma maior organização de grupos criminosos, dado o pequeno número de policiais penais em relação a quantidade de pessoas presas.

A busca por segurança, sempre presente entre os policiais penais, que buscavam sobretudo a performance emocional (CRAWLEY, 2004), saber o que falar, quando falar,

com quem falar, o que demonstrar, o que calar e as condições relacionais entre policiais penais como fatores protetivos (KAUFFMAN, 1988), atualmente tem sido caracterizadas pela busca por ações mais individualizadas, com o distanciamento dos que estão presos e dos colegas, o uso de armas, por exemplo, por vezes alterando a lógica relacional e provocando novas condições de vulnerabilidade e de exercício do poder entre policiais penais e os que estão presos. Aspecto este, que merece atenção e aprofundamento. Mas paralelo a isso, há o reconhecimento de que as principais condições de segurança são provenientes do conhecimento dos sinais e dos aspectos relacionais, para além da estrutura e dos procedimentos.

A formação, apesar de ser considerada como um ganho para a categoria, ainda é considerada insuficiente especialmente porque, as ações e procedimentos nas unidades prisionais se regulam mais por regras informais que se consolidaram com o tempo. Para King (2008), esse é um dos fatores que também dificultaria uma formação prévia que contemplasse essas dimensões, relativas a relações e ações práticas do cotidiano. Ao mesmo tempo, a formação é identificada pelos entrevistados como algo necessário para a qualidade de vida e do trabalho, especialmente pela responsabilidade de manter a ordem em um ambiente onde a violência e o risco são lugar comum. Assim, algo identificado ao longo da pesquisa se refere à necessidade de um acompanhamento formativo longitudinal desses profissionais, considerando aspectos técnicos, como uso progressivo da força, intervenção em crise, negociação etc., mas sobretudo aspectos emocionais, relacionais e voltados à saúde física e mental, a fim de possibilitar aprendizados que sustentem a ação cotidiana substituindo as **falsas sensações de segurança**, a fim de preservar estes profissionais e também a população custodiada.

Referências

BAHIA. População carcerária do Estado da Bahia, Agosto de 2023. Disponível em: <http://www.seap.ba.gov.br/index.php/pt-br/dados/17>; <http://www.seap.ba.gov.br/sites/default/files/dados/2023-09/PRESOS%20CONDENADOS%2C%20PROVIS%C3%93RIOS%20E%20MONITORADOS%2030-08-2023.pdf>. Acesso em 30 de agosto de 2023.

BATISTA, A.S. Estado e controle nas prisões. **Cad. CRH** [online]. 2009, v. 22, n. 56, p. 399-410. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000200013&lng=en&nrm=iso.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Emenda constitucional n o 104, de 4 de dezembro de 2019: Altera o inciso XIV do caput do art. 21, o § 4º do art. 32 e o art. 144 da Constituição Federal, para criar as polícias penais federal, estaduais e distrital. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc104.htm
Acesso em: 15 de agosto de 2023

CASTRO E SILVA, A. M. **Nos braços da lei:** O uso da violência negociada no interior das prisões. Rio de Janeiro: e+a, 2008.

CHIES, L. A. B. Apontamentos teórico-operacionais para uma sociologia das prisões. In: SANTOS, JVT., TEIXEIRA, NA., and RUSSO, M. (orgs). **Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais**[online]. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011. Cenários do conhecimento series, p. 388-410.

CLEMMER, D. **The prison community.** New York: Holt, Rinehart & Winston, 1958.

COELHO, EC. **A oficina do diabo.** Crise e conflitos no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo, IUPERJ, 2005 [1987].

COUTO, V. A. A Oficina do Diabo e a Casa do Senhor: os embates identitários dentro dos presídios. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2011.

CRAWLEY, E.M. Emotion and performance : Prison officers and the presentation of self in prisons. **Punishment & Society**, 2004 6: 411 DOI: 10.1177/ 146247450404046121

_____. **Doing prison work.** New York: Routledge, 2011.

DUBAR, C. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educ. Soc.**, Campinas , v. 19, n. 62, p. 13-30, Apr. 1998 .

_____. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 42, n. 146, p. 351-367, Aug. 2012 .

GARLAND, D. **A cultura do controle.** Crime e ordem social na sociedade contemporânea. Tradução: André Nascimento. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999

KAUFFMAN, K. **Prison officers and their world.** Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1988.

KING, R. D. Prison staff: an international perspective. In: BENNETT, J. Et al. **Understanding Prison Staff.** United Kingdom: Willan Publishing, 2008. p 30-47

MENDONÇA L. R, L et al. Agentes penitenciários aprisionados em suas redes?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 101, 2019.

MONTEIRO, L. C. **Tornar-se agente penitenciário:** Entre os significados, a vulnerabilidade e o poder. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

MORAES, P.R.B de. **Punição, Encarceramento e Construção de Identidade Profissional entre agentes penitenciários.** Ibccrim, 2005.

MORAES, P.R.B de.. A identidade e o papel de agentes penitenciários. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 131-147, Junho 2013 .

NASCIMENTO, F. E. de M. De carcereiro a policial penal: Entre nomenclaturas, imagem social e atribuições. **Dilemas**, Rev. Estud. Conflito Controle Soc. – Rio de Janeiro, vol. 15, n.3, pp. 883-910, set-dez, 2022a

_____. Fazendo Família e Etnografia Entre Irmãos de Farda. **Mediações**, Londrina, v. 27, n. 3, p. 1-19, set.-dez. 2022b

OLIVEIRA, V. N. Mudanças na administração prisional: Os agentes penitenciários e a construção da ordem nas prisões de Minas Gerais. **Dilemas** – Rio de Janeiro – V. 11 – n. 3 – SET-DEZ 2018 – p. 412-434

OLIVEIRA, V. C. de; OLIVEIRA, V. N. e; RIBEIRO, L. M. L.. ¿Inversión del orden? Cuando el profesional de seguridad pública es el interno. **Estud. sociol**, Ciudad de México , v. 39, n. 116, p. 561-597, agosto 2021.

PONCIONI, P. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Ano 1, ed. 1, 2007

RAMALHO, J.R. **O mundo do crime**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

REIS NETTO, R. M., & Chagas, C. A. N.. Associação interna como forma de integração dos presídios às redes externas do tráfico: a percepção dos agentes territoriais da segurança pública no estado do Pará. **Revista Direito GV**, 15(2), e1923. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201923>, 2019

SALLA, F.. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre , n. 16, p. 274-307, Dez. 2006 .

SYKES, G.M. **The society of captives: A study of maximum security prison**. Princeton University Press, 2007.

TAIT, S. Prison Officers and gender. In: BENNETT, J. Et al. **Understanding Prison Staff**. Willan Publishing, United Kingdom, 2008. p 30-47

TAROZZI, M. **O Que É um Grounded Theory?** Metodologia de Pesquisa e de Teoria fundamentada nos Dados. Petrópolis, RJ: Vozes. 2011

THOMPSON, A. **A questão penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

Sobre a autora

Leticia Chaves Monteiro - Doutora e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, Psicóloga e Pedagoga pela Universidade de Salvador e atualmente é Coordenadora Pedagógica da Escola Comunitária Brilho do Cristal no Vale do Capão, Chapada Diamantina, Bahia - Brasil. <https://orcid.org/0009-0008-1607-6292>
leticiachavesmonteiro@gmail.com